



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO
Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

PREGÃO ELETRONICO- SRP Nº. 15/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO, por sua Pregoeira, em conformidade com a à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Nº 10.024, de 20 de Setembro de 2019, Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, Decreto Municipal nº 331/2024, Decreto Municipal nº 332/2024, Decreto Municipal Nº 580/2024 e as exigências estabelecidas em edital, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 17/06/2026, às 08:30h, licitação na modalidade PREGÃO, em sua forma eletrônica, tipo "menor preço por lote", através do www.licitanet.com.br mediante as seguintes condições:

1.0 LOCAL, DATA E HORA:

1.1 A sessão pública será realizada no site www.licitanet.com.br, na seguinte condição:

Dia 17/06/2026

Horário: 08:30h

EDITAL: O edital e demais atos pertencentes ao certame poderão ser obtidos através do site www.licitanet.com.br

2.0 OBJETO:

2.1 Refere-se a REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE VIDEOMONITORAMENTO, INCLUINDO INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONFIGURAÇÃO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, através do modo de disputa "ABERTO", observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.2 Não serão aceitas as ofertas que estiverem acima do menor preço por lote de referência desta licitação.

3.0 CREDENCIAMENTO:

3.1 Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site <https://licitanet.com.br>;

3.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

3.4 Aplicam-se nesse edital as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

3.5 O licitante deve assinalar em campo próprio do sistema a Declaração de ME/EPP e que terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, como microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

3.6 A obtenção de benefícios a que se refere o item 3.4 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado arp com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46, email: licitarsantana@gmail.com

enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite na licitação;

3.7 O licitante que deixar de apresentar as declarações acima não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

3.8 A empresa que declarar falsamente enquadrada como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), para beneficiar-se do tratamento diferenciado, incorrerá em infração penal e estará sujeita às penas previstas na lei de licitações, sem prejuízo das demais penalidades cíveis, criminais e administrativa cabíveis;

3.9 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas declarações, propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros

4.0 PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

4.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos;

4.2 A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;

4.3 Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

4.4 Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO: Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br>;

4.4.1 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preço, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

4.4.2 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

4.4.3 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do órgão licitante, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

4.4.4 As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

4.4.5 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br>;

4.4.6 O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

4.4.7 O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do órgão licitante, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

4.4.8 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

4.5 Não poderão participar direta ou indiretamente desse PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas nos casos a seguir:

- a) pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou do Órgão Gerenciador ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da arp, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- d) pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.5.1 O impedimento de que trata a alínea "a" do do item 4.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.5.2 Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição; empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, Ressalva: É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº. 8666/1993. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011);

4.5.3 Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública. Para verificação das condições definidas neste item, a Pregoeira, promoverá a consulta eletrônica junto ao Cadastro Nacional de



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

4.5.4 Empresa suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com este Município;

4.5.5 Empresas que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão ou impedidas de licitar por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, na esfera Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial;

4.5.6 Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

4.6 A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

4.6.1 Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

4.6.2 Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

4.6.3 Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

4.6.4 Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

4.6.5 O Beneficiário da Ata deverá manter, durante toda a vigência da arp, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.6.6 Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pela Pregoeira ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados;

5.0 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1 Os licitantes irão preencher sua proposta, exclusivamente por meio do sistema <https://licitanet.com.br>, até o horário limite de início da Sessão Pública, as informações solicitadas. Os documentos de habilitação, deverão ser cadastrados quando solicitado pela Pregoeira em sessão, logo após o encerramento da fase de disputa.

5.2 As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

5.3 Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pela pregoeira;

5.4 A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

5.5 O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às últimas;

5.6 Na Proposta de preço inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, preço e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

5.7 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

5.8 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;

5.9 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão alterar as informações cadastradas;

5.10 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

5.11 O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subseqüentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.0 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

6.1 O licitante deverá preencher sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Preço por lote;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Beneficiária da Ata;

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação de serviço;

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

7.0 ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

No horário estabelecido neste Edital, a pregoeira abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 6.1 do edital;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

7.1 A pregoeira poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada no sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;

7.2 Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecuível, a pregoeira obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ;

7.3 O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta comprovadamente inexecuível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade;

7.4 As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pela pregoeira;

7.5 Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br>, conforme Edital;

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de preço superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de R\$ 1,00(um real);

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;

7.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

7.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;

7.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;

7.14 Serão aceitos somente lances com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, a Pregoeira, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

7.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar. Adotado o critério de julgamento de menor preço por lote, poderá ocorrer lances intermediários iguais ou superiores ao menor já ofertado.

7.16 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do preço registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

7.17 Sendo efetuado lance comprovadamente inexequível, a pregoeira poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

7.18 A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

7.19 No caso de desconexão com a pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

7.20 A pregoeira, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

7.21 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>;

7.22 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

7.23 A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

7.24 Nos casos específicos, em relação a itens NÃO exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, onde:

7.24.1 O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006 e suas alterações;

7.24.2 Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

7.24.3 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

7.24.4 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação,



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO
Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

7.24.5 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

7.24.6 Na hipótese de não-registro de preço nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

7.25 O disposto no item 7.25 somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.26 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I – disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II – avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III – desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV – desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.27 As regras previstas no item 7.27 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.29 Conforme estabelecido em edital, definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

7.30 Após concluída a negociação, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.0 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

8.1 Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para formalização de ARP neste Edital e em seus anexos, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

8.2 Serão desclassificadas as propostas que:

- I – contiverem vícios insanáveis;
- II – não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III – apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a celebração da ARP;
- IV – não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V – apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.2.1 A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada;

8.2.2 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do do item 8.2;

8.2.3 O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

8.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6 A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira;

8.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do item ofertado, tais como procedência, além de outras informações pertinentes, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

8.6.3 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

8.6.4 Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

8.6.5 A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO
Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

8.6.6 Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

8.6.7 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

8.6.8 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;

8.6.9 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9.0 ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos de habilitação, relacionados no subitem 10, deverão ser cadastrados quando solicitado pela Pregoeira em sessão, logo após o encerramento da fase de disputa.

9.2 Nos procedimentos realizados neste pregão eletrônico, a Administração determina, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico;

9.3 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP- Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

9.3 A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular, quando necessária, poderá ser feita perante um agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

9.4 O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

9.5 Os atos serão digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

10.0 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 Na fase de habilitação o licitante deverá prestar as seguintes declarações:

- a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, nos termos do art. 63, inciso I da Lei nº 14.133/2021;
- b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, inciso IV da Lei nº 14.133/2021;
- c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

- d) Declaração do licitante de observância do limite na licitação para obtenção de benefícios da LC 123/2006, estando limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado arp com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. (art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021)

10.2 Havendo disponibilidade no sistema eletrônico de pregão, as declarações acima poderão ser feitas eletronicamente, devendo o licitante assinalar em campo próprio do sistema, caso inexista campo apropriado no sistema, tais declarações deverão ser produzidas por escrito, com data e local de sua realização e assinatura do responsável, e juntadas aos documentos de habilitação, sob pena de inabilitação. A declaração falsa sujeitará o licitante às sanções previstas em Leis e neste Edital.

10.3 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.3.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual.

10.3.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.

10.3.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

10.3.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.3.5 Será inabilitada a empresa que apresentar objeto social incompatível com o objeto desta licitação.

10.4 DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

10.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

10.4.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação, com seus respectivos prazos de validade em vigor.

10.4.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Federal mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, na forma de lei específica;

10.4.4 Prova de Regularidade para com as Fazendas Estadual, ICMS e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma de lei específica;

10.4.5 Regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), na forma de lei específica;

10.4.6 Prova de regularidade relativa ao FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos, na forma de lei específica;

10.4.7 Declaração para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46, email: licitarsantana@gmail.com

10.4.8 Os documentos relacionados nos subitem 10.4.1 a 10.4.7 poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico;

10.4.9 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.4.10 Quando uma microempresa ou empresa de pequeno porte for declarada vencedora e haja alguma restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

10.4.11 A não regularização da documentação no prazo acima previsto, implicará em decadência do direito à celebração de ARP, sem prejuízo das sanções previstas na Lei de Licitações, sendo facultada à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da arp, ou revogar a licitação.

10.4.12 Serão admitidas em conformidade com o artigo 206 do Código Tributário Nacional, certidões positivas com efeitos negativos.

10.5 DA QUALIFICAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

10.5.1 Atestado que comprove desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestado(s) expedido(s), necessariamente em nome do licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado.

10.6 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.6.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou no site do Tribunal de Justiça do Estado do domicílio da licitante.

10.7 DA ANÁLISE

10.7.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura celebração de ARP mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria-Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br>);
- b) no cadastro de municipal de empresas que estejam com suspensas ou com o impedimento do direito de participar de licitação ou contratar com o Município de Santana do São Francisco/SE;
- c) por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

10.7.1.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

10.7.1.2 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

10.7.1.3 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de serviços, dentre outros;

10.7.2 Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

10.7.3 Para fins de habilitação, não será admitida complementação ou retificação da documentação apresentada, exceto para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme dispõe o Artigo 43, § 1º, da LC nº 123/06.

10.7.4 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I – Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II – Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.7.5 Para fins de habilitação, não será admitida complementação ou retificação da documentação apresentada, exceto para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme dispõe o Artigo 43, § 1º, da LC nº 123/06;

10.7.6 Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.7.7 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.7.8 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.7.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

10.7.10 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

10.7.11 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

10.7.12 A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



11 ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 A proposta final do licitante declarado vencedor quando solicitada, deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico, conforme modelo presente no ANEXO II, e deverá:

11.2 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, indicando marca;

11.3 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

11.4 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da arp e aplicação de eventual sanção à Beneficiária da Ata, se for o caso;

11.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, e procedência, vinculam a Beneficiária da Ata;

11.6 Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, inciso II da Lei nº 14.133/2021);

11.7 Ocorrendo divergência entre os preços, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

11.8 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

11.9 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

12 RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

12.1 Os atos da Administração decorrentes da aplicação deste Edital cabem:

I – RECURSO, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção da arp, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

12.2 Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do item 12.1, serão observadas as seguintes disposições:



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46, email: licitarsantana@gmail.com

I – declarado o vencedor a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, do qual será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do item 12.1 será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

II – a apreciação dar-se-á em fase única.

12.3 O recurso de que trata o inciso I do item 12.1 será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.4 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

12.5 O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso no Diário Oficial do Município.

12.6 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

12.7 Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira o juízo de admissibilidade de verificação da existência dos requisitos legais necessários para o conhecimento do recurso, permitindo a análise das razões, tais requisitos são os pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, motivação, legitimidade e interesse, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

12.8 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito;

12.9 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

12.10 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento;

12.11 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13.0 REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.2 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

13.1.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46, email: licitarsantana@gmail.com

vencedor não assinar a arp, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

13.1.4. Nos casos de necessidade de verificação dos documentos de habilitação de forma minuciosa;

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

13.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

14.0 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor e homologado pela autoridade competente.

15.0 DA FORMALIZAÇÃO DA ARP

15.1 Após a homologação do processo licitatório, o Setor de Licitações irá convocar a empresa vencedora para assinatura da ARP, obedecendo ao disposto na legislação vigente e no PREGÃO ELETRONICO- SRP Nº. 15/2026

15.2 A convocação para assinatura da ARP será encaminhada ao email fornecido pela empresa ou pelo sistema licitanet e publicada no Diário Oficial do Município.

15.3 A licitante deverá fazer-se representar por profissional devidamente habilitado, inclusive autorizado a firmar em seu nome o referido arp, para assinatura da arp nos moldes da minuta apresentada no ANEXO III deste edital.

15.4 A ARP poderá ser encaminhada ao endereço eletrônico da empresa, fornecido nos documentos de habilitação e proposta, devendo a mesma providenciar a assinatura do representante legal, encaminhar de forma digital para o endereço eletrônico do setor de licitações, e em original ao endereço disposto neste edital ou ainda poderá ser assinada no sistema licitanet.

15.5 O prazo para assinatura da ARP e envio do original será de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da convocação enviada a empresa vencedora.

15.6 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

15.7 A ARP terá o prazo de vigência de 12 meses contados a partir da data da sua assinatura.

15.8 Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do instrumento contratual que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

15.9 O edital, a(s) proposta(s) vencedora(s), as necessárias publicações e as atas circunstanciadas farão parte integrante da arp ou instrumento hábil que vier a substituí-lo, nos termos da legislação que rege essa licitação.

15.10 Na assinatura da ARP, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante toda a vigência da ARP

15.11 Caso a vencedora não apresente situação regular no ato da assinatura a arp, ou recusar-se a assiná-lo ou a retirar a nota de empenho no prazo e nas condições estabelecidas, ou ainda quando a Prefeitura de



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO
Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

Santana do São Francisco rescindir a ARP por inadimplência é facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas neste edital.

16.0 DO ACOMPANHAMENTO

16.1 A execução do objeto será fiscalizada pelo setor competente, com autoridade para exercer, em nome do Município, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização objeto da arp.

17.0 DA FISCALIZAÇÃO

17.1 Nos termos dos artigos 92 inciso XVIII e art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a Administração designará o servidor público pertencente ao quadro para acompanhar e fiscalizar a execução do mesmo, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

18.0 DO PAGAMENTO

18.1 O prazo para pagamento das notas fiscais apresentadas será de até 30 (trinta) dias contados a partir da entrega da nota fiscal, devidamente atestada e acompanhadas das certidões negativas, no protocolo da SEFIN (Secretaria de Finanças) devendo esta ser apresentada, com o atesto do fiscal da arp, acompanhadas da seguinte documentação hábil à quitação: Nota fiscal; Ordem de serviços, com o respectivo termo de recebimento, atestado pelo setor competente da Prefeitura; Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Certidão de Débitos Trabalhistas.

18.2 Os documentos de cobrança relacionados acima, deverão ser apresentados nas Secretarias Solicitantes, dos quais após atestados pela autoridade competente e aprovados pelo Fiscal da arp serão encaminhados ao Setor Financeiro para fins de liquidação da despesa e inclusão na lista classificatória de credores.

18.3 O pagamento das obrigações relativas ao presente arp deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art. 7º§ 2º, inciso III, da Lei nº 4.320/1964, art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

18.4 No ato do pagamento, o efetuará a retenção na fonte dos tributos e contribuições previstas em lei, desde que os mesmos sejam incidentes sobre os produtos fornecidos.

18.5 Não será efetuado qualquer pagamento à BENEFICIÁRIA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência.

18.6 É vedado qualquer reajuste de preços pelo prazo de 12 (doze) meses da arp, exceto por força de legislação ulterior que o permita, porém, poderá haver revisão de valores, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial da proposta, nos termos do art. 124, II "d", da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrado, por parte do serviço, alteração substancial nos preços praticados no mercado, por motivo de força maior, caso fortuito, fato do príncipe e /ou fato da administração, desde que imprevisíveis ou de difícil previsão, observado em qualquer caso ao item 17. do Edital.

Parágrafo Único: O prazo de 30 (trinta) dias para pagamento das notas fiscais, que se trata o subitem 14.1 deste edital, será contado a partir da data da entrega da nota fiscal na Secretaria de Finanças deste Município, sendo a data da liquidação da Nota Fiscal no Sistema de Contabilidade utilizada pelo município, conforme versa a liquidação estabelecida no Art.63 da Lei nº 4.320/1964.

19.0 DOS REAJUSTES DE PREÇOS E EQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DA ARP



19.1 O valor registrado poderá ser reajustado, após 12 (doze) meses contados da data de assinatura da arp, observada a variação do IPC-A para o período ou outro indicador que venha a substituí-lo, em conformidade com o prazo estabelecido e mediante acordo formal entre as partes;

19.2. O reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado a data base de apresentação orçamento, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período;

19.3 Para majorar, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial da arp, nos termos do art. 124, II "d", da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrado, por parte da Beneficiária da Ata, alteração substancial nos preços praticados no mercado, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da arp tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida na arp;

19.4 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência da arp e antes de eventual prorrogação;

20.0 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

20.1 O seu recebimento dar-se-á de acordo com o art. 140, inciso II, alíneas "a" e "b", em se tratando de compras, ou o inciso I, alíneas "a" e "b", no caso do serviço, ambos descritos na Lei nº 14.133/2021, com alterações posteriores e nos termos fixados no Anexo II, observando-se a sua conformidade com as previsões deste Instrumento Convocatório.

21.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O licitante ou o Beneficiária da Ata será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, conforme disposto no art. 156 da lei nº 14.133/2021:

- I – Advertência;
- II – Multa;
- III – Impedimento de licitar e contratar;
- IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.2 Na aplicação das sanções serão considerados:

- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II – as peculiaridades do caso concreto;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.3. Será aplicada a sanção prevista no inciso I do item 21.1 na hipótese de inexecução parcial da arp quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

21.4. Na hipótese de descumprimento total ou parcial das cláusulas e condições ajustadas ou execução em desacordo com a proposta apresentada, será aplicada, garantida a ampla defesa, multa da seguinte forma:

21.4.1. De 5% (cinco) a 30% (trinta por cento) do valor da arp em caso de atraso na entrega, observada a seguinte graduação:

- a) Atraso de 01 a 05 dias: multa de 5%;



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46, email: licitarsantana@gmail.com

- b) Atraso de 06 a 10 dias: multa de 10%;
- c) Atraso de 11 a 15 dias: multa de 15%;
- d) Atraso de 16 a 20 dias: multa de 20%;
- e) Acima de 20 dias: multa de 30%.

21.5. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 21.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item;

21.6 Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 21.1 será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

21.7. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 21.1 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Beneficiária da Ata para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

21.8 A sanção prevista no inciso III do item 21.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar com o Município de Santana do São Francisco, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.9 A sanção prevista no inciso IV do item 21.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

21.10 A sanção estabelecida no inciso IV do item 21.1 será precedida de análise jurídica;

21.11 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 21.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item;

21.12 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Beneficiário da Ata, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.13 A aplicação das sanções previstas no item 21.1 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

22.0 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1 As despesas decorrentes da licitação somente serão informadas quando da respectiva formalização da arp ou outro instrumento hábil.

23.0 DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

23.1 Constatando o descumprimento parcial ou total das obrigações contidas no Termo de Referência que ensejem a aplicação de penalidades, o responsável pelo departamento ou pela fiscalização do serviço, emitirá notificação escrita a BENEFICIÁRIA DA ATA, para regularização da situação;

Parágrafo Único: A notificação a que se refere o caput deste artigo será enviada pelo correio, com aviso de recebimento, ou entregue a BENEFICIÁRIA DA ATA mediante recibo ou, na sua impossibilidade,



publicada no Diário Oficial do Município e no quadro de avisos da Prefeitura.

23.2 Não havendo regularização da situação por parte da BENEFICIÁRIA DA ATA, em até 48 (quarenta e oito) horas, após o recebimento da notificação, o responsável pelo departamento ou pela fiscalização do serviço encaminhará a Comissão de Processo Administrativo a qual instaurará processo administrativo punitivo;

23.3. O atraso injustificado na execução da arp sujeitará a Beneficiária da Ata a multa de mora, na forma prevista no item 21.4 deste edital. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da arp com a aplicação cumulada de outras sanções previstas em Lei;

23.4 A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 21.1 deste edital requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada que avaliará os fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o Órgão Gerenciador para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

23.5 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o Órgão Gerenciador poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação;

23.6 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

23.7 Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do do item 21.1 deste edital, serão aplicadas de acordo com o Decreto Municipal nº 331/2024, 332/2024 do qual estabelece a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de arp distintos;

23.8 A Administração Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal, observado o disposto no art. 169, § 3º da Lei nº 14.133/2021;

24 IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

24.2 A impugnação e pedido de esclarecimento deverão ser realizadas na forma eletrônica através do site www.licitanet.com.br;

24.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;

24.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;

24.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

24.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO
Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

Pregoeira, nos autos do processo de licitação;

24.7 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico;

25.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira;

25.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;

25.4 No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

25.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da celebração da ARP;

25.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

25.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horários de expediente na Prefeitura Municipal de Santana do São Francisco/SE;

25.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;

25.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.licitanet.com.br;

25.11. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão da ARP, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;

25.12. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO
Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

25.13 Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, a Pregoeira poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;

25.14 Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;

25.15 A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021;

25.16 O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante;

25.17 As decisões da Pregoeira serão publicadas no site da Prefeitura Municipal;

25.18 A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;

25.19 A presente licitação não importa, necessariamente, em celebração de ARP, podendo o Órgão Solicitante revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes;

25.20 O órgão solicitante poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

25.21 Os atos praticados no processo licitatório são públicos, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma da lei. A publicidade será diferida:

I – quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura;

II – quanto ao orçamento da Administração, quando o mesmo tiver caráter sigiloso.

26 Fazem parte integrante deste edital os anexos, como se nele estivessem transcritos:

26.1 ANEXO I – Termo de Referência.

26.2 ANEXO II – Modelo de Proposta.

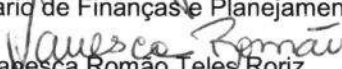
26.3 ANEXO III – Minuta da arp

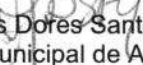
27. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Santana do São Francisco/SE, para dirimir questões oriundas desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Santana do São Francisco, 03/06/2026.


Johnnata Fortes da Costa
Secretaria de Finanças e Planejamento


Valesca Romão Teles Roriz
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento


Maria das Dores Santos de França
Secretaria Municipal de Assistência Social



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO
Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

TERMO DE REFERÊNCIA
(art. 18, II e art. 6º, XXIII da Lei nº 14.133/2021)

1- OBJETO

A presente contratação tem por objetivo de REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE VIDEOMONITORAMENTO, INCLUINDO INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONFIGURAÇÃO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, possibilitando maior segurança aos munícipes e turistas que participarão dos eventos.

2- JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem como finalidade atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Santana do São Francisco, do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social, quanto à instalação, configuração, fornecimento e comercialização de equipamentos e sistemas de videomonitoramento, destinados à proteção do patrimônio público, ao monitoramento das instalações municipais e ao fortalecimento das ações de segurança e controle dos bens e serviços públicos.

A utilização de sistemas de videomonitoramento constitui importante ferramenta de gestão e segurança, permitindo o acompanhamento em tempo real das áreas monitoradas, bem como o registro e armazenamento de imagens que auxiliam na prevenção de ocorrências, na identificação de atos de vandalismo, furtos, invasões, depredações e demais situações que possam comprometer a integridade do patrimônio público e a segurança de servidores e cidadãos.

A contratação visa garantir que os órgãos municipais disponham de infraestrutura tecnológica adequada para monitoramento contínuo de suas dependências, possibilitando maior controle de acesso, fiscalização das áreas internas e externas, acompanhamento das atividades operacionais e suporte às ações de segurança patrimonial.

Além disso, a prestação dos serviços de instalação, configuração e manutenção dos equipamentos assegurará o pleno funcionamento do sistema, evitando interrupções e garantindo a eficiência e a confiabilidade das soluções adotadas. A manutenção preventiva contribuirá para aumentar a vida útil dos equipamentos, enquanto a manutenção corretiva permitirá a rápida resolução de eventuais falhas, minimizando riscos e prejuízos à Administração Pública.

O sistema deverá ser composto por equipamentos modernos e compatíveis com as necessidades da Administração Municipal, incluindo câmeras de monitoramento, gravadores digitais, dispositivos de armazenamento, cabeamento, acessórios, softwares de gerenciamento e demais componentes necessários ao adequado funcionamento da solução. Os equipamentos deverão proporcionar monitoramento eficiente dos ambientes, gravação e armazenamento das imagens, acesso remoto quando aplicável e recursos tecnológicos que ampliem a capacidade de vigilância e controle.

A presente contratação contribuirá para o fortalecimento da segurança institucional, para a preservação do patrimônio público e para a melhoria dos serviços prestados à população, proporcionando maior eficiência administrativa, transparência e suporte às atividades desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Santana do São Francisco, pelo Fundo Municipal de Saúde e pelo Fundo Municipal de Assistência Social.

Foi realizado o agrupamento dos itens em lote único, considerando que os equipamentos, materiais, softwares e serviços relacionados ao sistema de videomonitoramento são tecnicamente interdependentes e complementares entre si. A contratação de um único fornecedor possibilita maior compatibilidade entre os componentes da solução, simplifica a gestão e fiscalização contratual, reduz



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO
Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

riscos de incompatibilidade técnica, assegura maior eficiência na execução dos serviços de instalação e manutenção e proporciona maior economicidade para a Administração, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público.

3- DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços deverá ser executada por empresa especializada, devidamente habilitada e com experiência comprovada na realização de monitoramento, apoio operacional e organização de eventos públicos de grande porte, atendendo às necessidades da Prefeitura Municipal de Santana do São Francisco/SE durante a realização das festividades constantes neste processo. Os serviços compreenderão, entre outras atividades correlatas:

- Monitoramento preventivo das áreas internas e externas dos eventos;
- Controle e organização de acesso de público em entradas e saídas;
- Apoio na orientação do público participante;
- Organização de filas, camarins, áreas reservadas e espaços institucionais;
- Apoio à equipe organizadora do evento;
- Comunicação imediata à fiscalização e aos órgãos de segurança pública sobre quaisquer ocorrências relevantes;
- Auxílio na preservação da ordem e do patrimônio público durante os eventos;
- Apoio operacional em situações de emergência, evacuação de áreas e controle de fluxo de pessoas;
- Permanência nos locais definidos pela Administração durante todo o período de realização dos eventos.

A contratada deverá disponibilizar profissionais devidamente identificados, uniformizados, capacitados e aptos à execução dos serviços, observando as normas de segurança, disciplina, urbanidade e boa conduta.

Todos os equipamentos, materiais e insumos necessários à perfeita execução dos serviços serão de responsabilidade da contratada, incluindo rádios comunicadores, lanternas, coletes, uniformes, equipamentos de sinalização e demais itens indispensáveis ao adequado desempenho das atividades.

Os serviços serão executados de forma eventual, conforme calendário festivo e cronograma previamente estabelecido pela Administração Municipal, podendo os horários e quantitativos sofrer alterações de acordo com a necessidade de cada evento.

A fiscalização da execução contratual será realizada por servidor designado pela Prefeitura Municipal, que acompanhará a prestação dos serviços, podendo solicitar ajustes, substituições de profissionais ou adoção de medidas corretivas sempre que necessário ao fiel cumprimento do contrato.

A contratada será responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações decorrentes da execução dos serviços, não havendo qualquer vínculo empregatício entre os profissionais disponibilizados e o Município de Santana do São Francisco/SE.

o contratado deverá providenciar a execução dos serviços de reparo/manutenção no prazo de até 2h a contar do recebimento da ordem de serviço.

4- DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

Lote 1						
Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de medida	Quantidade	Pmssf	Valor máximo aceitável	Total
1	Cabo U/UTP 24AWGX4P CAT.5/6E CMX (INT/EXT) PT 305M MPT – COM INSTALAÇÃO	Caixa	38,00	20	R\$ 1.187,30	R\$ 23.746,00



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

2	Caixa Organizadora p/ CFTV Branca - COC 4038B – COM INSTALAÇÃO	Pacote	38,00	20	R\$ 268,32	R\$ 5.366,40
3	Caixa Plástica de Passagem VBOX 1100 – COM INSTALAÇÃO	Unidade	148,00	100	R\$ 16,33	R\$ 1.633,00
4	Câmera de TV p/ Sist. de Seg. VHD 1220 FULL COLOR G7 – COM INSTALAÇÃO	Unidade	164,00	100	R\$ 290,33	R\$ 29.033,00
5	Câmera TV Prof. p/ Sist. de Segurança VHD 3240 FC+ – COM INSTALAÇÃO	Unidade	156,00	100	R\$ 504,18	R\$ 50.418,00
6	Conector p/ Câmera Sist. de Seg. CONEX 1000 P4 Macho (10un) – COM INSTALAÇÃO	Pacote	164,00	100	R\$ 46,38	R\$ 4.638,00
7	Conversor Automático AC/DC 12,8V 10A EFM 1210 G2 – COM INSTALAÇÃO	Pacote	164,00	100	R\$ 166,03	R\$ 16.603,00
8	Gravador Digital de Vídeo MHDX 3108-C – COM INSTALAÇÃO	Unidade	20,00	10	R\$ 1.866,00	R\$ 18.660,00
9	Protetor Eletrônico com 5 Tomadas – EPE 205 PT – COM INSTALAÇÃO	Unidade	99,00	50	R\$ 74,71	R\$ 3.735,50
10	Transformador Balun Passivo de Vídeo VB 500 P G2 (01 par) – COM INSTALAÇÃO	Unidade	164,00	100	R\$ 38,13	R\$ 3.813,00
11	Unidade de Disco Rígido WD20EZR SATA 2TB – COM INSTALAÇÃO	Unidade	20,00	10	R\$ 904,67	R\$ 9.046,70
12	Prestação de serviços de monitoramento e apoio operacional em eventos públicos, com disponibilização de profissionais devidamente uniformizados e capacitados para atuação em controle de acesso, organização de fluxo de pessoas, orientação ao público, apoio à fiscalização, monitoramento preventivo e suporte operacional durante eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de Santana do São Francisco/SE. Itens: Relação dos	Dia	54,00	54	R\$ 11.410,00	R\$ 616.140,00



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46, email: licitarsantana@gmail.com

	equipamentos que o sistema de monitoramento deverá possuir: 6- CAMERA SPEED DOME; 50 - CAMERA 2MP BULLET COM INFRAVERMELHO; 10- CAMERA COM RECONHECIMENTO FACIAL; 7- SWITCH GIGABIT; 6 - MONITOR DE VIDEO; 500M - FIBRA OPTICA; 100M - CABO UTP; 1 - MESA CONTROLADORA; 4- GERENCIADOR DE IMAGENS EM REDE COM IA COM DISCO RIGIDO PARA ARMAZENAMENTO DE IMAGENS.					
TOTAL R\$ 782.832,60						

Lote 2						
Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de medida	Quantidade	Fms	Valor máximo aceitável	Total
1	Cabo U/UTP 24AWGX4P CAT.5/6E CMX (INT/EXT) PT 305M MPT – COM INSTALAÇÃO	Caixa	38,00	10	R\$ 1.187,30	R\$ 11.873,00
2	Caixa Organizadora p/ CFTV Branca - COC 4038B – COM INSTALAÇÃO	Pacote	38,00	10	R\$ 268,32	R\$ 2.683,20
3	Caixa Plástica de Passagem VBOX 1100 – COM INSTALAÇÃO	Unidade	148,00	40	R\$ 16,33	R\$ 653,20
4	Câmera de TV p/ Sist. de Seg. VHD 1220 FULL COLOR G7 – COM INSTALAÇÃO	Unidade	164,00	40	R\$ 290,33	R\$ 11.613,20
5	Câmera TV Prof. p/ Sist. de Segurança VHD 3240 FC+ – COM INSTALAÇÃO	Unidade	156,00	32	R\$ 504,18	R\$ 16.133,76
6	Conector p/ Câmera Sist. de Seg. CONEX 1000 P4 Macho (10un) – COM INSTALAÇÃO	Pacote	164,00	40	R\$ 46,38	R\$ 1.855,20
7	Conversor Automático AC/DC 12,8V 10A EFM 1210 G2 – COM INSTALAÇÃO	Pacote	164,00	40	R\$ 166,03	R\$ 6.641,20
8	Gravador Digital de	Unidade	20,00	5	R\$	R\$



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

	Vídeo MHDX 3108-C – COM INSTALAÇÃO				1.866,00	9.330,0 0
9	Protetor Eletrônico com 5 Tomadas – EPE 205 PT – COM INSTALAÇÃO	Unidade	99,00	25	R\$ 74,71	R\$ 1.867,7 5
10	Transformador Balun Passivo de Vídeo VB 500 P G2 (01 par) – COM INSTALAÇÃO	Unidade	164,00	40	R\$ 38,13	R\$ 1.525,2 0
11	Unidade de Disco Rígido WD20EZR SATA 2TB – COM INSTALAÇÃO	Unidade	20,00	5	R\$ 904,67	R\$ 4.523,3 5
TOTAL R\$ 68.699,06						

Lote 3						
Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de medida	Quantidade	Fmas	Valor máximo aceitável	Total
1	Cabo U/UTP 24AWGX4P CAT.5/6E CMX (INT/EXT) PT 305M MPT – COM INSTALAÇÃO	Caixa	38,00	8	R\$ 1.187,30	R\$ 9.498,4 0
2	Caixa Organizadora p/ CFTV Branca - COC 4038B – COM INSTALAÇÃO	Pacote	38,00	8	R\$ 268,32	R\$ 2.146,5 6
3	Caixa Plástica de Passagem VBOX 1100 – COM INSTALAÇÃO	Unidade	148,00	8	R\$ 16,33	R\$ 130,64
4	Câmera de TV p/ Sist. de Seg. VHD 1220 FULL COLOR G7 – COM INSTALAÇÃO	Unidade	164,00	24	R\$ 290,33	R\$ 6.967,9 2
5	Câmera TV Prof. p/ Sist. de Segurança VHD 3240 FC+ – COM INSTALAÇÃO	Unidade	156,00	24	R\$ 504,18	R\$ 12.100, 32
6	Conector p/ Câmera Sist. de Seg. CONEX 1000 P4 Macho (10un) – COM INSTALAÇÃO	Pacote	164,00	24	R\$ 46,38	R\$ 1.113,1 2
7	Conversor Automático AC/DC 12,8V 10A EFM 1210 G2 – COM INSTALAÇÃO	Pacote	164,00	24	R\$ 166,03	R\$ 3.984,7 2
8	Gravador Digital de Vídeo MHDX 3108-C – COM INSTALAÇÃO	Unidade	20,00	5	R\$ 1.866,00	R\$ 9.330,0 0
9	Protetor Eletrônico com 5 Tomadas – EPE 205 PT – COM INSTALAÇÃO	Unidade	99,00	24	R\$ 74,71	R\$ 1.793,0 4
10	Transformador Balun Passivo de Vídeo VB	Unidade	164,00	24	R\$ 38,13	R\$ 915,12



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46, email: licitarsantana@gmail.com

	500 P G2 (01 par) – COM INSTALAÇÃO					
11	Unidade de Disco Rígido WD20EZR SATA 2TB – COM INSTALAÇÃO	Unidade	20,00	5	R\$ 904,67	R\$ 4.523,3 5
TOTAL R\$ 52.503,19						

Os profissionais disponibilizados deverão atuar em:

- Controle de entrada e saída de pessoas;
- Organização de filas e áreas de circulação;
- Apoio à segurança preventiva dos eventos;
- Monitoramento de espaços públicos e áreas de concentração;
- Apoio à equipe organizadora;
- Orientação ao público;
- Auxílio em situações emergenciais e comunicação de ocorrências à fiscalização e autoridades competentes.

5- Estimativa de Utilização por Evento

EVENTO	QUANTIDADE ESTIMADA DE DIÁRIAS
Aniversário da Cidade	04
São João	24
Festa do Mastro do Conjunto Murilo Honorato	06
Festa do Mastro de Senhora Santana	06
Dia do Evangélico	04
Festa do Mastro de Nossa Senhora da Conceição – Povoado Brejo da Conceição	04
Festa de Nossa Senhora da Saúde – Povoado Saúde	06
TOTAL ESTIMADO	54 DIÁRIAS

6- DA PROPOSTA

As propostas deverão ser apresentadas em conformidade com as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, contendo todos os elementos necessários à perfeita compreensão do objeto ofertado, observando-se as especificações técnicas e quantitativos previstos no Termo de Referência.

A proposta de preços deverá:

- Ser apresentada em papel timbrado da empresa, digitada de forma clara e sem rasuras;
- Conter razão social, endereço, CNPJ, telefone, e-mail e dados bancários da licitante;
- Informar o valor unitário e total dos serviços, em moeda corrente nacional, incluindo todos os custos diretos e indiretos necessários à execução contratual;
- Estar acompanhada da descrição detalhada dos serviços ofertados;
- Possuir validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação;
- Ser assinada pelo representante legal da empresa ou procurador devidamente habilitado.

Nos valores apresentados deverão estar inclusos todos os custos operacionais, despesas



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO
Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

administrativas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, transporte, alimentação, uniformes, equipamentos, materiais e quaisquer outros custos necessários à plena execução dos serviços, não cabendo posteriormente qualquer solicitação de acréscimo financeiro.

A licitante deverá considerar, na formulação de sua proposta, as peculiaridades dos eventos públicos, incluindo deslocamentos, horários noturnos, finais de semana, feriados e possíveis variações de quantitativos conforme necessidade da Administração.

Não serão aceitas propostas com valores inexequíveis, incompatíveis com os preços praticados no mercado ou que apresentem condições divergentes das previstas no instrumento convocatório.

A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais documentos que integram o procedimento licitatório.

7- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para a adequada execução do objeto, a empresa contratada deverá atender aos requisitos mínimos de habilitação técnica, operacional, fiscal, trabalhista e jurídica, observando as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

A contratada deverá possuir experiência compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços de monitoramento, apoio operacional, controle de acesso, organização de eventos ou atividades similares.

8- REQUISITOS DA METODOLOGIA DE TRABALHO

A execução dos serviços deverá observar metodologia de trabalho compatível com a natureza dos eventos públicos promovidos pela Prefeitura Municipal de Santana do São Francisco/SE, garantindo eficiência operacional, organização, prevenção de ocorrências e adequada orientação ao público participante.

A empresa contratada deverá elaborar e executar plano operacional para cada evento, considerando as características do local, estimativa de público, acessos, áreas de circulação, pontos estratégicos e necessidades específicas definidas pela Administração Municipal.

A metodologia de trabalho deverá contemplar, no mínimo:

- Distribuição estratégica dos profissionais nos pontos de maior fluxo de pessoas;
- Controle e organização de entradas e saídas;
- Monitoramento preventivo das áreas internas e externas dos eventos;
- Apoio à organização do público e orientação de participantes;
- Comunicação permanente entre os integrantes da equipe e a fiscalização do Município;
- Atuação preventiva para evitar tumultos, desordens e situações de risco;
- Apoio operacional em situações emergenciais;
- Integração das ações com os órgãos de segurança pública, defesa civil e equipe organizadora do evento, quando necessário.

Os profissionais deverão apresentar-se nos locais designados com antecedência mínima definida pela Administração Municipal, devidamente uniformizados, identificados e equipados para o início das atividades.

A contratada deverá manter supervisor ou responsável operacional durante toda a execução dos serviços, com a finalidade de coordenar as equipes, acompanhar o desempenho das atividades e atender



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO
Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

prontamente às determinações da fiscalização municipal.

Toda ocorrência relevante verificada durante os eventos deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização do contrato e, quando necessário, aos órgãos competentes.

Os serviços deverão ser executados de forma contínua durante o período de realização dos eventos, inclusive em horários noturnos, finais de semana e feriados, conforme cronograma estabelecido pela Administração.

A contratada será responsável pela substituição imediata de profissionais ausentes, inadequados ou que não atendam às exigências de conduta e desempenho estabelecidas pela Administração Municipal.

A metodologia adotada deverá priorizar a prevenção, a organização do ambiente, a segurança dos participantes e o bom andamento das festividades públicas municipais.

9- REQUISITOS PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A medição dos serviços será realizada por evento executado, considerando a quantidade efetivamente utilizada de diárias de profissionais disponibilizados pela contratada, conforme ordens de serviço emitidas pela Prefeitura Municipal de Santana do São Francisco/SE.

A fiscalização do contrato realizará o acompanhamento da execução dos serviços, verificando:

- Cumprimento dos horários estabelecidos;
- Regularidade da prestação dos serviços;
- Atendimento das determinações da Administração;
- Utilização de uniformes e equipamentos exigidos;
- Qualidade e eficiência na execução das atividades.

Ao final de cada evento ou período definido pela Administração, a contratada deverá apresentar:

- Relatório de execução dos serviços;
- Ordem de serviço correspondente;
- Nota fiscal/fatura;
- Certidões de regularidade fiscal e trabalhista atualizadas, quando exigidas pela Administração.

O pagamento será efetuado conforme quantitativo efetivamente executado e devidamente atestado pela fiscalização contratual, mediante apresentação da documentação exigida e após verificação da regular execução dos serviços.

O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, observada a ordem cronológica de pagamentos da Administração Pública e disponibilidade financeira do Município.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, irregularidade contratual ou ausência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal, inconsistência na documentação ou necessidade de diligência para verificação da execução dos serviços, o prazo de pagamento ficará suspenso até a regularização das pendências, sem ônus para a Administração.

Os pagamentos serão realizados por meio de transferência bancária em conta indicada pela contratada.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO
Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

Poderão ser aplicadas glosas proporcionais nos pagamentos quando constatada execução parcial, inadequada ou em desconformidade com as exigências estabelecidas no Termo de Referência, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

10- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

A seleção do fornecedor será realizada mediante procedimento licitatório, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço por lote, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Será considerada vencedora a licitante que apresentar proposta mais vantajosa para a Administração Pública, desde que atendidos todos os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e qualificação técnica exigidos no certame.

Para fins de habilitação técnica, a empresa deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para desempenho de atividades compatíveis com o objeto da contratação.

A contratação será formalizada por meio de contrato administrativo, podendo ser precedida de ata de registro de preços, conforme conveniência da Administração Municipal.

11- FORMA DE FORNECIMENTO

A prestação dos serviços ocorrerá de forma parcelada, conforme demanda da Prefeitura Municipal de Santana do São Francisco/SE, de acordo com o calendário festivo municipal e mediante emissão de ordem de serviço expedida pela Administração.

Os serviços serão executados nos locais, datas e horários previamente definidos pela Prefeitura e dos fundos municipais, abrangendo eventos realizados na sede do Município e nos povoados.

A contratada deverá disponibilizar quantitativo suficiente de profissionais para atendimento das demandas específicas de cada evento, observando os prazos e condições estabelecidos pela Administração Municipal.

O fornecimento dos serviços compreenderá todas as despesas necessárias à plena execução contratual, incluindo mão de obra, encargos trabalhistas, transporte, alimentação, uniformes, equipamentos, materiais e demais custos operacionais.

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração Municipal, que poderá solicitar ajustes operacionais, substituições de profissionais e adoção de medidas corretivas visando o fiel cumprimento do objeto contratado.

12- ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada junto ao mercado especializado, considerando contratações similares realizadas por órgãos públicos, cotações obtidas com empresas do ramo e os quantitativos estimados para atendimento das demandas dos eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de Santana do São Francisco/SE.

Para composição dos custos foram considerados, dentre outros fatores:

- Quantidade estimada de matérias a serem utilizados por evento;
- Quantidade de diárias previstas;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO
Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

- Custos operacionais da prestação dos serviços;
- Encargos trabalhistas e previdenciários;
- Despesas com uniformes, equipamentos e materiais;
- Deslocamento e logística operacional;
- Complexidade e duração dos eventos.

Dessa forma, considerando o quantitativo estimado de 54 (trezentas e cinquenta) diárias para prestação dos serviços de monitoramento e apoio operacional em eventos, estima-se o valor médio unitário de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) por diária.

Assim, o valor estimado da contratação corresponde a:

13- VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Os valores apresentados possuem caráter estimativo, podendo variar conforme resultado da pesquisa mercadológica definitiva e da disputa realizada no procedimento licitatório.

A contratação observará a existência de dotação orçamentária própria e disponibilidade financeira da Administração Municipal.

14- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Santana do São Francisco/SE, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei nº 4.320/1964, bem como da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A contratação encontra-se compatível com o Plano Plurianual – PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e com a Lei Orçamentária Anual – LOA do Município, estando as ações relacionadas à promoção de eventos culturais, tradicionais, religiosos e institucionais devidamente previstas no planejamento administrativo municipal.

As despesas serão custeadas por recursos próprios do Município, podendo ainda ser utilizados recursos provenientes de convênios, transferências voluntárias, emendas parlamentares ou instrumentos congêneres, quando houver.

A dotação orçamentária específica será indicada no momento da formalização do contrato ou emissão da respectiva nota de empenho, conforme disponibilidade orçamentária e financeira da Administração Municipal.

A Administração Municipal adotará todas as medidas necessárias para assegurar o regular processamento da despesa pública, observando os princípios da legalidade, planejamento, transparência e responsabilidade fiscal.

15- DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

A presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando a necessidade de contratações frequentes, parceladas e de acordo com a demanda da Prefeitura Municipal de Santana do São Francisco/SE durante a realização dos eventos constantes do calendário festivo municipal.

A adoção do SRP mostra-se vantajosa para a Administração Pública em razão da possibilidade de adiamento ou cancelamento dos eventos afetando os quantitativos efetivamente necessários para cada evento, permitindo maior eficiência no planejamento das contratações, racionalização dos gastos públicos e agilidade no atendimento das demandas.



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46, email: licitarsantana@gmail.com

O registro de preços possibilitará:

- Contratações futuras conforme necessidade da Administração;
- Redução de processos licitatórios repetitivos;
- Maior economicidade e eficiência administrativa;
- Flexibilidade na execução contratual;
- Melhor gestão dos recursos públicos;
- Atendimento adequado às variações de demanda dos eventos municipais.

A Ata de Registro de Preços terá vigência conforme prazo definido no instrumento convocatório, observado o limite legal previsto na legislação vigente, podendo ser utilizada durante sua vigência sempre que houver necessidade da Administração Municipal.

Os quantitativos registrados possuem caráter estimativo, não gerando à Administração a obrigação de contratação total dos itens registrados, sendo assegurado à contratada apenas o direito à preferência na contratação, em igualdade de condições.

As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante emissão de ordem de serviço, nota de empenho ou instrumento contratual equivalente, conforme necessidade da Administração Pública.

O gerenciamento da Ata de Registro de Preços ficará sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Santana do São Francisco/SE, por meio do setor competente designado pela Administração Municipal.

16- DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal.

A anuência do órgão gerenciador, salvo no caso de adesões realizadas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, ficará condicionada à apresentação, pelo órgão ou entidade não participante, de estudo que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade da utilização da Ata de Registro de Preços.

Caberá ao fornecedor detentor da Ata optar pela aceitação ou não do fornecimento solicitado por órgão não participante, desde que tal fornecimento não prejudique o atendimento das obrigações já assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.

As aquisições ou contratações adicionais decorrentes de adesão não poderão exceder, por órgão ou entidade não participante, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme legislação Municipal.

Ao órgão ou entidade não participante que aderir à Ata caberá a responsabilidade pelos atos relativos à execução contratual, incluindo a cobrança do cumprimento das obrigações pelo fornecedor e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades pelo descumprimento contratual, devendo comunicar as ocorrências ao órgão gerenciador.

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá formalizar a contratação em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

O órgão gerenciador poderá autorizar, de forma excepcional e devidamente justificada, a prorrogação do prazo de que trata o subitem anterior, desde que respeitado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e solicitado formalmente pelo órgão ou entidade não participante.

Santana do São Francisco, 03/06/2026.

Jonhnata Fortes da Costa
Secretário de Finanças e Planejamento



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO
Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

AO
MUNICÍPIO DE
EMPRESA LICITANTE:

DOCUMENTAÇÃO: PROPOSTA DE PREÇOS
ATT: PREGOEIRO(A)
REF. PREGÃO ELETRÔNICO N° /20--.

Prezados Senhores,

Apresentamos a Vossa Senhoria, nossa proposta de preços, nos termos do edital e anexos.

Será solicitada Proposta Final Reformulada contendo o valor individual do item, e preço total.

Manteremos válida a Proposta pelo prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data de abertura da licitação, aceitando que, ocorrendo RECURSO contra classificação ou desclassificação, habilitação ou inabilitação de licitante e suas eventuais impugnações, bem como de julgamento das propostas comerciais e de suas eventuais impugnações, durante o período de seus respectivos julgamentos, o prazo de validade da proposta comercial não correrá.

Executaremos a entrega do objeto acima especificado no Município de /SE, no local estabelecido no Termo de Referência, dentro do prazo máximo de 00 (-----) dias contados do recebimento da Ordem de serviço expedida pela Autoridade Competente.

Utilizaremos os meios, equipamentos e a equipe técnica e administrativa que forem necessários à perfeita execução da arp, de acordo com as exigências do Edital e seus anexos, bem como da fiscalização da Prefeitura de

Na execução do serviço observaremos rigorosamente as especificações técnicas solicitadas, assumindo desde já a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as normas legais vigentes e padrões da Prefeitura de

Assumimos responsabilidade pelo serviço cotados e classificados em perfeitas condições de uso e de acordo com as especificações solicitadas.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no edital, Termo de Referência e no da arp.

Para fins de posterior pagamento, fornecemos os seguintes dados:

DADOS DA EMPRESA:

- a) RAZÃO SOCIAL:
- b) CNPJ/MF:
- c) ENDEREÇO:
- d) CIDADE/UF:
- e) CEP:
- f) TEL./FAX:
- g) E-MAIL:
- h) BANCO:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO
Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46,
email: licitarsantana@gmail.com

i) AGÊNCIA:

j) CONTA:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DA ARP:

a) NOME:

b) ENDEREÇO:

c) CEP:

d) CIDADE/UF:

e) CPF/MF:

f) RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:

g) CARGO/FUNÇÃO:

h) NATURALIDADE:

i) NACIONALIDADE:

j) E-MAIL:

Assinatura do Representante Legal da Empresa



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO
Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46, email:
licitarsantana@gmail.com

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /202X
PREGÃO ELETRÔNICO Nº /202X

No dia XXXX de XXXXX de XXXX, no(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO ,inscrito(a) no CNPJ 32.846.347/0001-46, com sede à Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, neste ato legalmente representado por Ricardo Jose Roriz Silva da Cruz, portador do CPF nº XXXXXXXXXXXX, RESOLVE registrar preços para eventual serviço em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Beneficiário da ARP: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante: XXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone: XXXXXXXXXXXXXXXX

Email: XXXXXXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até / / , a contar do dia / / .

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO
CNPJ 32.846.347/0001-46

(EMPRESA)
CNPJ:



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46, email: licitarsantana@gmail.com

ANEXO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1- OBJETO

A presente contratação tem por objetivo de REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE VIDEOMONITORAMENTO, INCLUINDO INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONFIGURAÇÃO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, possibilitando maior segurança aos munícipes e turistas que participarão dos eventos.

JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem como finalidade atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Santana do São Francisco, do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social, quanto à instalação, configuração, fornecimento e comercialização de equipamentos e sistemas de videomonitoramento, destinados à proteção do patrimônio público, ao monitoramento das instalações municipais e ao fortalecimento das ações de segurança e controle dos bens e serviços públicos.

A utilização de sistemas de videomonitoramento constitui importante ferramenta de gestão e segurança, permitindo o acompanhamento em tempo real das áreas monitoradas, bem como o registro e armazenamento de imagens que auxiliam na prevenção de ocorrências, na identificação de atos de vandalismo, furtos, invasões, depredações e demais situações que possam comprometer a integridade do patrimônio público e a segurança de servidores e cidadãos.

A contratação visa garantir que os órgãos municipais disponham de infraestrutura tecnológica adequada para monitoramento contínuo de suas dependências, possibilitando maior controle de acesso, fiscalização das áreas internas e externas, acompanhamento das atividades operacionais e suporte às ações de segurança patrimonial.

Além disso, a prestação dos serviços de instalação, configuração e manutenção dos equipamentos assegurará o pleno funcionamento do sistema, evitando interrupções e garantindo a eficiência e a confiabilidade das soluções adotadas. A manutenção preventiva contribuirá para aumentar a vida útil dos equipamentos, enquanto a manutenção corretiva permitirá a rápida resolução de eventuais falhas, minimizando riscos e prejuízos à Administração Pública.

O sistema deverá ser composto por equipamentos modernos e compatíveis com as necessidades da Administração Municipal, incluindo câmeras de monitoramento, gravadores digitais, dispositivos de armazenamento, cabeamento, acessórios, softwares de gerenciamento e demais componentes necessários ao adequado funcionamento da solução. Os equipamentos deverão proporcionar monitoramento eficiente dos ambientes, gravação e armazenamento das imagens, acesso remoto quando aplicável e recursos tecnológicos que ampliem a capacidade de vigilância e controle.

A presente contratação contribuirá para o fortalecimento da segurança institucional, para a preservação do patrimônio público e para a melhoria dos serviços prestados à população, proporcionando maior eficiência administrativa, transparência e suporte às atividades desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Santana do São Francisco, pelo Fundo Municipal de Saúde e pelo Fundo Municipal de Assistência Social.

Foi realizado o agrupamento dos itens em lote único, considerando que os equipamentos, materiais, softwares e serviços relacionados ao sistema de videomonitoramento são tecnicamente interdependentes e complementares entre si. A contratação de um único fornecedor possibilita maior compatibilidade entre os componentes da solução, simplifica a gestão e fiscalização contratual, reduz riscos de incompatibilidade técnica, assegura maior eficiência na execução dos serviços de instalação e manutenção e proporciona maior economicidade para a Administração, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público.

2- DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços deverá ser executada por empresa especializada, devidamente habilitada e com experiência comprovada na realização de monitoramento, apoio operacional e organização de eventos públicos de



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO
Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46, email:
licitarsantana@gmail.com

grande porte, atendendo às necessidades da Prefeitura Municipal de Santana do São Francisco/SE durante a realização das festividades constantes neste processo.

Os serviços compreenderão, entre outras atividades correlatas:

- Monitoramento preventivo das áreas internas e externas dos eventos;
- Controle e organização de acesso de público em entradas e saídas;
- Apoio na orientação do público participante;
- Organização de filas, camarins, áreas reservadas e espaços institucionais;
- Apoio à equipe organizadora do evento;
- Comunicação imediata à fiscalização e aos órgãos de segurança pública sobre quaisquer ocorrências relevantes;
- Auxílio na preservação da ordem e do patrimônio público durante os eventos;
- Apoio operacional em situações de emergência, evacuação de áreas e controle de fluxo de pessoas;
- Permanência nos locais definidos pela Administração durante todo o período de realização dos eventos.

A contratada deverá disponibilizar profissionais devidamente identificados, uniformizados, capacitados e aptos à execução dos serviços, observando as normas de segurança, disciplina, urbanidade e boa conduta.

Todos os equipamentos, materiais e insumos necessários à perfeita execução dos serviços serão de responsabilidade da contratada, incluindo rádios comunicadores, lanternas, coletes, uniformes, equipamentos de sinalização e demais itens indispensáveis ao adequado desempenho das atividades.

Os serviços serão executados de forma eventual, conforme calendário festivo e cronograma previamente estabelecido pela Administração Municipal, podendo os horários e quantitativos sofrer alterações de acordo com a necessidade de cada evento.

A fiscalização da execução contratual será realizada por servidor designado pela Prefeitura Municipal, que acompanhará a prestação dos serviços, podendo solicitar ajustes, substituições de profissionais ou adoção de medidas corretivas sempre que necessário ao fiel cumprimento do contrato.

A contratada será responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações decorrentes da execução dos serviços, não havendo qualquer vínculo empregatício entre os profissionais disponibilizados e o Município de Santana do São Francisco/SE.

o contratado deverá providenciar a execução dos serviços de reparo/manutenção no prazo de até 2h a contar do recebimento da ordem de serviço.

3- DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

Lote 1						
Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de medida	Quantidade	Pmssf	Valor máximo aceitável	Total
1	Cabo U/UTP 24AWGX4P CAT.5/6E CMX (INT/EXT) PT 305M MPT – COM INSTALAÇÃO	Caixa	38,00	20		
2	Caixa Organizadora p/ CFTV Branca - COC 4038B – COM INSTALAÇÃO	Pacote	38,00	20		
3	Caixa Plástica de Passagem VBOX 1100 – COM INSTALAÇÃO	Unidade	148,00	100		
4	Câmera de TV p/ Sist. de Seg. VHD 1220 FULL COLOR G7 – COM INSTALAÇÃO	Unidade	164,00	100		
5	Câmera TV Prof. p/ Sist.	Unidade	156,00	100		



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46, email: licitarsantana@gmail.com

	de Segurança VHD 3240 FC+ – COM INSTALAÇÃO					
6	Conector p/ Câmera Sist. de Seg. CONEX 1000 P4 Macho (10un) – COM INSTALAÇÃO	Pacote	164,00	100		
7	Conversor Automático AC/DC 12,8V 10A EFM 1210 G2 – COM INSTALAÇÃO	Pacote	164,00	100		
8	Gravador Digital de Vídeo MHDX 3108-C – COM INSTALAÇÃO	Unidade	20,00	10		
9	Protetor Eletrônico com 5 Tomadas – EPE 205 PT – COM INSTALAÇÃO	Unidade	99,00	50		
10	Transformador Balun Passivo de Vídeo VB 500 P G2 (01 par) – COM INSTALAÇÃO	Unidade	164,00	100		
11	Unidade de Disco Rígido WD20EZR SATA 2TB – COM INSTALAÇÃO	Unidade	20,00	10		
12	Prestação de serviços de monitoramento e apoio operacional em eventos públicos, com disponibilização de profissionais devidamente uniformizados e capacitados para atuação em controle de acesso, organização de fluxo de pessoas, orientação ao público, apoio à fiscalização, monitoramento preventivo e suporte operacional durante eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de Santana do São Francisco/SE. Itens: Relação dos equipamentos que o sistema de monitoramento deverá possuir: 6- CAMERA SPEED DOME; 50 - CAMERA 2MP BULLET COM INFRAVERMELHO; 10- CAMERA COM RECONHECIMENTO FACIAL; 7- SWITCH GIGABIT; 6 - MONITOR DE VIDEO; 500M - FIBRA OPTICA; 100M - CABO UTP; 1 - MESA	Dia	54,00	54		



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46, email: licitarsantana@gmail.com

	CONTROLADORA; 4-GERENCIADOR DE IMAGENS EM REDE COM IA COM DISCO RIGIDO PARA ARMAZENAMENTO DE IMAGENS.					
TOTAL R\$						

Lote 2						
Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de medida	Quantidade	Fms	Valor máximo aceitável	Total
1	Cabo U/UTP 24AWGX4P CAT.5/6E CMX (INT/EXT) PT 305M MPT – COM INSTALAÇÃO	Caixa	38,00	10		
2	Caixa Organizadora p/ CFTV Branca - COC 4038B – COM INSTALAÇÃO	Pacote	38,00	10		
3	Caixa Plástica de Passagem VBOX 1100 – COM INSTALAÇÃO	Unidade	148,00	40		
4	Câmera de TV p/ Sist. de Seg. VHD 1220 FULL COLOR G7 – COM INSTALAÇÃO	Unidade	164,00	40		
5	Câmera TV Prof. p/ Sist. de Segurança VHD 3240 FC+ – COM INSTALAÇÃO	Unidade	156,00	32		
6	Conector p/ Câmera Sist. de Seg. CONEX 1000 P4 Macho (10un) – COM INSTALAÇÃO	Pacote	164,00	40		
7	Conversor Automático AC/DC 12,8V 10A EFM 1210 G2 – COM INSTALAÇÃO	Pacote	164,00	40		
8	Gravador Digital de Vídeo MHDX 3108-C – COM INSTALAÇÃO	Unidade	20,00	5		
9	Protetor Eletrônico com 5 Tomadas – EPE 205 PT – COM INSTALAÇÃO	Unidade	99,00	25		
10	Transformador Balun Passivo de Vídeo VB 500 P G2 (01 par) – COM INSTALAÇÃO	Unidade	164,00	40		
11	Unidade de Disco Rígido WD20EZRX SATA 2TB – COM INSTALAÇÃO	Unidade	20,00	5		
TOTAL R\$						



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46, email: licitarsantana@gmail.com

Lote 3						
Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de medida	Quantidade	Pmssf	Valor máximo aceitável	Total
1	Cabo U/UTP 24AWGX4P CAT.5/6E CMX (INT/EXT) PT 305M MPT – COM INSTALAÇÃO	Caixa	38,00	8		
2	Caixa Organizadora p/ CFTV Branca - COC 4038B – COM INSTALAÇÃO	Pacote	38,00	8		
3	Caixa Plástica de Passagem VBOX 1100 – COM INSTALAÇÃO	Unidade	148,00	8		
4	Câmera de TV p/ Sist. de Seg. VHD 1220 FULL COLOR G7 – COM INSTALAÇÃO	Unidade	164,00	24		
5	Câmera TV Prof. p/ Sist. de Segurança VHD 3240 FC+ – COM INSTALAÇÃO	Unidade	156,00	24		
6	Conector p/ Câmera Sist. de Seg. CONEX 1000 P4 Macho (10un) – COM INSTALAÇÃO	Pacote	164,00	24		
7	Conversor Automático AC/DC 12,8V 10A EFM 1210 G2 – COM INSTALAÇÃO	Pacote	164,00	24		
8	Gravador Digital de Vídeo MHDX 3108-C – COM INSTALAÇÃO	Unidade	20,00	5		
9	Protetor Eletrônico com 5 Tomadas – EPE 205 PT – COM INSTALAÇÃO	Unidade	99,00	24		
10	Transformador Balun Passivo de Vídeo VB 500 P G2 (01 par) – COM INSTALAÇÃO	Unidade	164,00	24		
11	Unidade de Disco Rígido WD20EZR SATA 2TB – COM INSTALAÇÃO	Unidade	20,00	5		
TOTAL R\$						

Os profissionais disponibilizados deverão atuar em:

- Controle de entrada e saída de pessoas;
- Organização de filas e áreas de circulação;
- Apoio à segurança preventiva dos eventos;
- Monitoramento de espaços públicos e áreas de concentração;
- Apoio à equipe organizadora;
- Orientação ao público;
- Auxílio em situações emergenciais e comunicação de ocorrências à fiscalização e autoridades competentes.

4- Estimativa de Utilização por Evento



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46, email: licitarsantana@gmail.com

EVENTO	QUANTIDADE ESTIMADA DE DIÁRIAS
Aniversário da Cidade	04
São João	24
Festa do Mastro do Conjunto Murilo Honorato	06
Festa do Mastro de Senhora Santana	06
Dia do Evangélico	04
Festa do Mastro de Nossa Senhora da Conceição – Povoado Brejo da Conceição	04
Festa de Nossa Senhora da Saúde – Povoado Saúde	06
TOTAL ESTIMADO	54 DIÁRIAS

5- DA PROPOSTA

As propostas deverão ser apresentadas em conformidade com as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, contendo todos os elementos necessários à perfeita compreensão do objeto ofertado, observando-se as especificações técnicas e quantitativos previstos no Termo de Referência.

A proposta de preços deverá:

- Ser apresentada em papel timbrado da empresa, digitada de forma clara e sem rasuras;
- Conter razão social, endereço, CNPJ, telefone, e-mail e dados bancários da licitante;
- Informar o valor unitário e total dos serviços, em moeda corrente nacional, incluindo todos os custos diretos e indiretos necessários à execução contratual;
- Estar acompanhada da descrição detalhada dos serviços ofertados;
- Possuir validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação;
- Ser assinada pelo representante legal da empresa ou procurador devidamente habilitado.

Nos valores apresentados deverão estar inclusos todos os custos operacionais, despesas administrativas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, transporte, alimentação, uniformes, equipamentos, materiais e quaisquer outros custos necessários à plena execução dos serviços, não cabendo posteriormente qualquer solicitação de acréscimo financeiro.

A licitante deverá considerar, na formulação de sua proposta, as peculiaridades dos eventos públicos, incluindo deslocamentos, horários noturnos, finais de semana, feriados e possíveis variações de quantitativos conforme necessidade da Administração.

Não serão aceitas propostas com valores inexequíveis, incompatíveis com os preços praticados no mercado ou que apresentem condições divergentes das previstas no instrumento convocatório.

A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais documentos que integram o procedimento licitatório.

6- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para a adequada execução do objeto, a empresa contratada deverá atender aos requisitos mínimos de habilitação técnica, operacional, fiscal, trabalhista e jurídica, observando as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

A contratada deverá possuir experiência compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços de monitoramento, apoio operacional, controle de acesso, organização de eventos ou atividades similares.

7- REQUISITOS DA METODOLOGIA DE TRABALHO



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46, email: licitarsantana@gmail.com

A execução dos serviços deverá observar metodologia de trabalho compatível com a natureza dos eventos públicos promovidos pela Prefeitura Municipal de Santana do São Francisco/SE, garantindo eficiência operacional, organização, prevenção de ocorrências e adequada orientação ao público participante.

A empresa contratada deverá elaborar e executar plano operacional para cada evento, considerando as características do local, estimativa de público, acessos, áreas de circulação, pontos estratégicos e necessidades específicas definidas pela Administração Municipal.

A metodologia de trabalho deverá contemplar, no mínimo:

- Distribuição estratégica dos profissionais nos pontos de maior fluxo de pessoas;
- Controle e organização de entradas e saídas;
- Monitoramento preventivo das áreas internas e externas dos eventos;
- Apoio à organização do público e orientação de participantes;
- Comunicação permanente entre os integrantes da equipe e a fiscalização do Município;
- Atuação preventiva para evitar tumultos, desordens e situações de risco;
- Apoio operacional em situações emergenciais;
- Integração das ações com os órgãos de segurança pública, defesa civil e equipe organizadora do evento, quando necessário.

Os profissionais deverão apresentar-se nos locais designados com antecedência mínima definida pela Administração Municipal, devidamente uniformizados, identificados e equipados para o início das atividades.

A contratada deverá manter supervisor ou responsável operacional durante toda a execução dos serviços, com a finalidade de coordenar as equipes, acompanhar o desempenho das atividades e atender prontamente às determinações da fiscalização municipal.

Toda ocorrência relevante verificada durante os eventos deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização do contrato e, quando necessário, aos órgãos competentes.

Os serviços deverão ser executados de forma contínua durante o período de realização dos eventos, inclusive em horários noturnos, finais de semana e feriados, conforme cronograma estabelecido pela Administração.

A contratada será responsável pela substituição imediata de profissionais ausentes, inadequados ou que não atendam às exigências de conduta e desempenho estabelecidas pela Administração Municipal.

A metodologia adotada deverá priorizar a prevenção, a organização do ambiente, a segurança dos participantes e o bom andamento das festividades públicas municipais.

8- REQUISITOS PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A medição dos serviços será realizada por evento executado, considerando a quantidade efetivamente utilizada de diárias de profissionais disponibilizados pela contratada, conforme ordens de serviço emitidas pela Prefeitura Municipal de Santana do São Francisco/SE.

A fiscalização do contrato realizará o acompanhamento da execução dos serviços, verificando:

- Cumprimento dos horários estabelecidos;
- Regularidade da prestação dos serviços;
- Atendimento das determinações da Administração;
- Utilização de uniformes e equipamentos exigidos;
- Qualidade e eficiência na execução das atividades.

Ao final de cada evento ou período definido pela Administração, a contratada deverá apresentar:

- Relatório de execução dos serviços;
- Ordem de serviço correspondente;
- Nota fiscal/fatura;



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46, email: licitarsantana@gmail.com

- Certidões de regularidade fiscal e trabalhista atualizadas, quando exigidas pela Administração.

O pagamento será efetuado conforme quantitativo efetivamente executado e devidamente atestado pela fiscalização contratual, mediante apresentação da documentação exigida e após verificação da regular execução dos serviços.

O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, observada a ordem cronológica de pagamentos da Administração Pública e disponibilidade financeira do Município.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, irregularidade contratual ou ausência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal, inconsistência na documentação ou necessidade de diligência para verificação da execução dos serviços, o prazo de pagamento ficará suspenso até a regularização das pendências, sem ônus para a Administração.

Os pagamentos serão realizados por meio de transferência bancária em conta indicada pela contratada.

Poderão ser aplicadas glosas proporcionais nos pagamentos quando constatada execução parcial, inadequada ou em desconformidade com as exigências estabelecidas no Termo de Referência, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

9- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

A seleção do fornecedor será realizada mediante procedimento licitatório, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço por lote, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Será considerada vencedora a licitante que apresentar proposta mais vantajosa para a Administração Pública, desde que atendidos todos os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e qualificação técnica exigidos no certame.

Para fins de habilitação técnica, a empresa deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para desempenho de atividades compatíveis com o objeto da contratação.

A contratação será formalizada por meio de contrato administrativo, podendo ser precedida de ata de registro de preços, conforme conveniência da Administração Municipal.

10- FORMA DE FORNECIMENTO

A prestação dos serviços ocorrerá de forma parcelada, conforme demanda da Prefeitura Municipal de Santana do São Francisco/SE, de acordo com o calendário festivo municipal e mediante emissão de ordem de serviço expedida pela Administração.

Os serviços serão executados nos locais, datas e horários previamente definidos pela Prefeitura e dos fundos municipais, abrangendo eventos realizados na sede do Município e nos povoados.

A contratada deverá disponibilizar quantitativo suficiente de profissionais para atendimento das demandas específicas de cada evento, observando os prazos e condições estabelecidos pela Administração Municipal.

O fornecimento dos serviços compreenderá todas as despesas necessárias à plena execução contratual, incluindo mão de obra, encargos trabalhistas, transporte, alimentação, uniformes, equipamentos, materiais e demais custos operacionais.

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração Municipal, que poderá solicitar ajustes operacionais, substituições de profissionais e adoção de medidas corretivas visando o fiel cumprimento do objeto contratado.



ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO

Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46, email: licitarsantana@gmail.com

11- ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada junto ao mercado especializado, considerando contratações similares realizadas por órgãos públicos, cotações obtidas com empresas do ramo e os quantitativos estimados para atendimento das demandas dos eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de Santana do São Francisco/SE.

Para composição dos custos foram considerados, dentre outros fatores:

- Quantidade estimada de matérias a serem utilizados por evento;
- Quantidade de diárias previstas;
- Custos operacionais da prestação dos serviços;
- Encargos trabalhistas e previdenciários;
- Despesas com uniformes, equipamentos e materiais;
- Deslocamento e logística operacional;
- Complexidade e duração dos eventos.

Dessa forma, considerando o quantitativo estimado de 54 (trezentas e cinquenta) diárias para prestação dos serviços de monitoramento e apoio operacional em eventos, estima-se o valor médio unitário de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) por diária.

Assim, o valor estimado da contratação corresponde a:

12- VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Os valores apresentados possuem caráter estimativo, podendo variar conforme resultado da pesquisa mercadológica definitiva e da disputa realizada no procedimento licitatório.

A contratação observará a existência de dotação orçamentária própria e disponibilidade financeira da Administração Municipal.

13- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Santana do São Francisco/SE, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei nº 4.320/1964, bem como da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A contratação encontra-se compatível com o Plano Plurianual – PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e com a Lei Orçamentária Anual – LOA do Município, estando as ações relacionadas à promoção de eventos culturais, tradicionais, religiosos e institucionais devidamente previstas no planejamento administrativo municipal.

As despesas serão custeadas por recursos próprios do Município, podendo ainda ser utilizados recursos provenientes de convênios, transferências voluntárias, emendas parlamentares ou instrumentos congêneres, quando houver.

A dotação orçamentária específica será indicada no momento da formalização do contrato ou emissão da respectiva nota de empenho, conforme disponibilidade orçamentária e financeira da Administração Municipal.

A Administração Municipal adotará todas as medidas necessárias para assegurar o regular processamento da despesa pública, observando os princípios da legalidade, planejamento, transparência e responsabilidade fiscal.

14- DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

A presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando a necessidade de contratações frequentes, parceladas e de acordo com a demanda



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO
Pc. Sete de Setembro, S/N, Praça Central, Centro, Santana do São Francisco/SE, CEP: 49985-000, CNPJ: 32.846.347/0001-46, email:
licitarsantana@gmail.com

da Prefeitura Municipal de Santana do São Francisco/SE durante a realização dos eventos constantes do calendário festivo municipal.

A adoção do SRP mostra-se vantajosa para a Administração Pública em razão da possibilidade de adiamento ou cancelamento dos eventos afetando os quantitativos efetivamente necessários para cada evento, permitindo maior eficiência no planejamento das contratações, racionalização dos gastos públicos e agilidade no atendimento das demandas.

O registro de preços possibilitará:

- Contratações futuras conforme necessidade da Administração;
- Redução de processos licitatórios repetitivos;
- Maior economicidade e eficiência administrativa;
- Flexibilidade na execução contratual;
- Melhor gestão dos recursos públicos;
- Atendimento adequado às variações de demanda dos eventos municipais.

A Ata de Registro de Preços terá vigência conforme prazo definido no instrumento convocatório, observado o limite legal previsto na legislação vigente, podendo ser utilizada durante sua vigência sempre que houver necessidade da Administração Municipal.

Os quantitativos registrados possuem caráter estimativo, não gerando à Administração a obrigação de contratação total dos itens registrados, sendo assegurado à contratada apenas o direito à preferência na contratação, em igualdade de condições.

As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante emissão de ordem de serviço, nota de empenho ou instrumento contratual equivalente, conforme necessidade da Administração Pública.

O gerenciamento da Ata de Registro de Preços ficará sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Santana do São Francisco/SE, por meio do setor competente designado pela Administração Municipal.

15- DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal.

A anuência do órgão gerenciador, salvo no caso de adesões realizadas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, ficará condicionada à apresentação, pelo órgão ou entidade não participante, de estudo que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade da utilização da Ata de Registro de Preços.

Caberá ao fornecedor detentor da Ata optar pela aceitação ou não do fornecimento solicitado por órgão não participante, desde que tal fornecimento não prejudique o atendimento das obrigações já assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.

As aquisições ou contratações adicionais decorrentes de adesão não poderão exceder, por órgão ou entidade não participante, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme legislação Municipal.

Ao órgão ou entidade não participante que aderir à Ata caberá a responsabilidade pelos atos relativos à execução contratual, incluindo a cobrança do cumprimento das obrigações pelo fornecedor e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades pelo descumprimento contratual, devendo comunicar as ocorrências ao órgão gerenciador.

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá formalizar a contratação em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

O órgão gerenciador poderá autorizar, de forma excepcional e devidamente justificada, a prorrogação do prazo de que trata o subitem anterior, desde que respeitado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e solicitado formalmente pelo órgão ou entidade não participante.